



Observatório de Política Exterior do Brasil

**– Informe de Política Externa Brasileira –
Nº 326
14/10/11 a 20/10/11¹**

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira (OPEB) é um projeto de informação semanal executado pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro de Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), *campus* de Franca.

Em 2009, o OPEB ganhou prêmio de melhor projeto de extensão na área das Humanidades no V Congresso de Extensão Universitária da UNESP.

O informe é uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política externa brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Correio Braziliense*.

Equipe de redação e revisão:

Coordenação: Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias;

Graduandos em Relações Internacionais: Analice Pinto Braga, Giovanna Ayres Arantes de Paiva, Henrique Neto Santos, Laís Siqueira Ribeiro Cavalcante, Lívia Peres Milani, Natália Ruani Jorge do Prado, Thássia Pedrina Bollis.

¹Nos dias 14, 17 e 18 de outubro não houve notícias de Política Externa Brasileira.



Observatório de Política Exterior do Brasil

Mantega fez declarações sobre crise na Europa

No dia 15 de outubro, durante o encontro ministerial do G-20, em Paris, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, indicou que um crescimento sustentado poderá ser alcançado através da resolução de questões emergenciais, como a crise europeia e a questão dos bancos e das dívidas. Na avaliação do ministro, a situação econômica global deteriorou-se desde a última reunião do bloco, no final de setembro, em Washington. Por fim, Mantega manifestou que há soluções para a crise e que os Estados europeus saberão fazer suas escolhas, apesar da situação econômica global estar complicada (Folha de S. Paulo – Mundo – 16/10/2011).

Brasil apoiou o aumento dos recursos do FMI para ajudar países europeus em crise

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, declarou que o Brasil é a favor da utilização do Fundo Monetário Internacional (FMI) para ajudar os países europeus que passam por um momento de crise, em reunião ministerial do G-20, em Paris. Tal medida é apoiada pela França e pelo grupo composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (Brics), que considera a ação necessária, entretanto há resistência por parte dos países desenvolvidos que compõem o G-20. Mantega ressaltou a importância de que o Brasil e a França aumentem recursos do FMI, caso haja uma crise mundial, na qual o dinheiro também poderá ser utilizado por países emergentes (Correio Braziliense – Economia – 15/10/2011; Folha de S. Paulo – Mundo – 15/10/2011; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 15/10/2011).

Dilma Rousseff criticou políticas do FMI contra a crise

No dia 14 de outubro, a presidente Dilma Rousseff declarou, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, que o Brasil não concorda com a posição assumida pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) que aplica algumas políticas restritivas a países em crise. No dia 18, a presidente ressaltou que o grupo formado por Índia, Brasil e África do Sul (Ibas) respondeu de modo eficaz à crise do cenário mundial e que as medidas tomadas por tais países devem ser observadas no processo de reforma do FMI. Rousseff também defendeu a substituição de teorias defasadas por novas formulações para enfrentar a crise financeira mundial, após reunião do Ibas, em Pretória. Ademais, afirmou que os governos devem estimular não apenas a economia, mas também as políticas sociais para solucionar os problemas da crise atual. A chefe do executivo brasileiro ainda reiterou a importância de os países europeus formalizarem um acordo crível para que os problemas do continente não se alastrem e afetem a economia global. A presidente comentou que deve haver uma coordenação entre os países emergentes e que estes têm o direito e dever de buscar



Observatório de Política Exterior do Brasil

soluções para a crise devido à globalização que pode afetar a todos no mundo (Correio Braziliense – Economia – 19/10/2011; Folha de S. Paulo – Mundo – 15/10/2011; Folha de S. Paulo – Mundo – 19/10/2011; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 15/10/2011; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 19/10/2011).

Brasil foi questionado pelo aumento do IPI de carros importados

No dia 14 de outubro, em reunião ordinária do Comitê de Acesso ao Mercado, da Organização Mundial do Comércio (OMC), o Brasil foi questionado por Estados Unidos, Coreia do Sul, Austrália e União Europeia devido ao aumento no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de carros importados. O Brasil declarou que a elevação do imposto é temporária e não tem caráter protecionista, trata-se apenas de uma medida de defesa comercial. O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, também reiterou que essa é uma medida comum e que não foi criada para prejudicar nenhum país em específico. Pimentel ainda afirmou que o governo irá elaborar um regime alternativo e flexibilizar esse imposto para as montadoras que prometem instalar fábricas no país (Correio Braziliense – Economia – 15/10/2011; Folha de S. Paulo – Mercado – 15/10/2011; Folha de S. Paulo – Mercado – 19/10/2011; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 15/10/2011; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 19/10/2011).

Brasil participou de reunião do Ibas

No dia 18 de outubro, o grupo dos países formado por Índia, Brasil e África do Sul (Ibas) negociou o envio de uma nova missão à Síria a fim de cobrar as reformas prometidas pelo regime de Bashar Assad, em cúpula na cidade de Pretória. Os países do bloco também sugeriram que o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) aceite o Estado palestino como membro pleno desse órgão internacional. A presidente brasileira, Dilma Rousseff, defendeu o fim imediato da violência no país sírio e encorajou o diálogo nacional para a resolução do conflito interno ao invés de uma intervenção militar. Rousseff declarou que os países do Ibas contribuíram significativamente para o fomento de questões relativas aos direitos humanos, à paz e à segurança internacional. O chanceler brasileiro, Antonio Patriota, também reiterou a importância do país do Oriente Médio em receber uma comissão investigadora do Conselho de Direitos Humanos da ONU. Ainda de acordo com o ministro das Relações Exteriores do Brasil, as ações práticas da missão enviada pelo Ibas deverão ser detalhadas de antemão pelos países que formam o Conselho de Direitos Humanos da ONU (Folha de S. Paulo – Mundo – 19/10/2011; O Estado de S. Paulo – Internacional – 19/10/2011).



Observatório de Política Exterior do Brasil

Rousseff reuniu-se com presidente de Moçambique

No dia 19 de outubro, a presidente brasileira, Dilma Rousseff, discursou ao lado do presidente de Moçambique, Armando Guebuza, no Palácio de Governo do país africano. Na ocasião, Rousseff declarou que o Brasil deseja investir no país a partir de uma perspectiva de responsabilidade social. A presidente também afirmou que orientou as empresas brasileiras que atuam na região a preocuparem-se com os aspectos sociais e reiterou que o controle local sobre os investimentos estrangeiros é necessário. Ademais, a mandatária demonstrou que deseja fazer parcerias com Moçambique (Folha de S.Paulo – Poder – 21/10/2011; O Estado de S. Paulo- Economia & Negócios – 21/10/2011).

Brasil mantém retaliação à OEA

O Brasil ainda não concedeu à Organização dos Estados Americanos (OEA) os recursos financeiros referentes ao ano de 2011. Esta situação é uma forma de retaliação à OEA e deve-se ao fato de que em abril deste ano a instituição havia determinado que o Brasil suspendesse a construção da hidrelétrica de Belo Monte sob pena de ser julgado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). Segundo o Ministério das Relações Exteriores brasileiro, a relação com a OEA somente será normalizada após reforma da CIDH (O Estado de S.Paulo – Economia -21/10/2011).